

## **TC 145**

### **Minutes of the Plenary Meeting n.º 79**

**Local:** ICNF I.P., Avenida da República, 16 a 16B, piso-sobre-loja, 1050-191 Lisboa

**Data:** 14 de maio 2014

**Hora:** 10 horas 30mm

#### **Attendances:**

26 members were present as indicated in the table attached to this minutes which forms an integral part of this document.

#### **Justified nonattendances:**

The following member justified their nonattendances: Luis Calaim (Fenaforest); Nuno Calado (UNAC); Joana Sá (Apcer); Ana Gonçalves (CNA); Paula Bessa (Casa do Agricultor COOPERBASTO); Filomena Ferreira (CCDR Norte); Tiago de Veiga (APFSLD); Raquel Martinho (SATIVA); Margarida Barbosa (Associação Florestal do Minho-Lima); Jorge Cunha (Forestis); Margarida Barbosa (ACF Minho-Lima); Raquel Rosado (Empev); Luis Arroja (Departamento de Ambiente e Ordenamento, Universidade de Aveiro), Cristina Pereira (SGS); Margarida Pereira (ESA/IPBEJA) Paula Barroso (AIMMP), Carla Leite.

#### **Documentation:**

The following documents were distributed in advance to all members of the TC:

- Minutes of the last 3 plenary meetings with amendments;
- 2 proposes for the amendment to prNP4406\_2014, received under the public inquiry period so they can be considered under the final version of this standard;
- Call for the present meeting with the following agenda:
  1. Information's;
  2. Reading and approval of the minutes of the previous meetings;

3. Analysis of the comments and consideration sent to the ONS-IPQ under the public inquiry period thereof for eventual amendments to the draft standard - pr NP 4406:2014,
4. Voting on the pr NP 4406:2014 with the resulting final draft of the meeting;
5. Discussion on the work of the International Standard Management System "Chain of Custody of Forest Based Products" and follow up;
6. Any Other Business.

Antes da ordem de trabalhos o presidente da CT 145, Luis Rochartre, deu início à reunião com o ponto inicial das informações. Não tendo o plenário nenhuma informação passou ao ponto 2 .

## **2. Leitura e aprovação das atas relativas às reuniões anteriores;**

Luis Rochartre propôs ao plenário a leitura e aprovação das três últimas atas das reuniões plenárias da CT 145, que integraram as propostas de alteração dos vogais Paula Salazar, Jorge Cunha e Joana Faria e Francisco Goes.

Luis Rochartre propôs ao plenário a sua aprovação. Foram aprovadas por unanimidade.

## **3. Analysis of the comments and consideration sent to the NSO-IPQ under the public inquiry period thereof for eventual amendments to the draft standard - pr NP 4406:2014;**

Dina Anastácio informed the plenary about the comments submitted to NSO-IPQ and ONS-ICNF under the "PUBLIC INQUIRY OF THE PORTUGUESE STANDARD (NP 4406:2014)" referring that two organizations had participated in the process, namely the Forest Certification Association of Minho – Lima (ACF Minho Lima) and the Conselho da Fileira Florestal Portuguesa/PEFC Portugal.

Following the above the work started with the analysis of the reviews submitted by the ACF Minho – Lima beginning with the first amendment to the standard:

- Remove requirement "4.3.8 Sale product certificate" as it was considered redundant in relation to the requirement B.2.7 g) of Annex B which provides clearly identified and documented procedures that allow to monitor and control the volume of sales of certified wood. The plenary members held that the requirement in question contributed to the transparency of the certification process, verifying consensus for their maintenance, expressed through all votes in favor.
- Introduction of the text "in the certified area" in requirement "should be information on" indicators A2.1; A2.2; A.2.3; A3.1; A.4.3; A4.4; A5.1; A5.2; A6.2; A6.3; A6.4 and A6.5 and minor changes to improve wording.

The chairman opened the discussion to member to comment on the proposals.

Paula Salazar said she supported the overall amendments considering the difficulty/ impossibility of making some of the surveys for the entire FMU and the relevance in the case of regional systems, to restrict information "on certified area", for which it might make sense. Paula Salazar also said that, Jorge Cunha, at the previous meeting, had expressed some concern about the fact that with the exclusion of the verifiers the requirement was going to be mandatory for all aspects of its assessment, in some cases, justified by the lack or difficulty of obtaining information.

Joaquim Alonso stated that this process was challenged for the technical and methodological guidelines that it's intended to carry out at TC. Whether in regard to processing and analysis techniques. On the other hand the information often available and appropriate for regional exists, however it is not known to the most people.

Seraphim expressed the need to foresee the challenges felt on the field with the regional certification.

Paula Guimarães questioned whether the plenary member should not extend to the remaining indicators the reflection on the revision of the range of application of some of the indicators for the regional case, considering the proposal of ACF Minho-Lima, taking into account that the analysis had not been taken in the subcommittee review of the standard and that eventually there would be other cases where an even adjustment of scale might make sense.

Paula Salazar disagreed with the proposal, to bring to the subcommittee a detailed review of the indicators, given that the ACF Minho-Lima was a member of the TC 145, thus the comments should already frame the concern expressed by Paula Guimarães. Also noted that the timing for publication of the Standard had suffered a strong delay and postpone the approval for a new date would have implications for the renewal of the PEFC process which was a responsibility that should be shared by all. Consequently she suggested that clarifications, if necessary, should be included in the "Guide to support implementation of the standard."

Inês Costa Luz suggested to limit the analysis of changes to the points suggested by ACF Minho-Lima, which was accepted.

Having according members proceeded to the analysis and discussion of each proposed amendment:

- Quadro A.2.1 – Indicador: Perigosidade de incêndio, retirar: “inventário de infraestruturas de defesa da floresta contra incêndios, que foi aprovado.
- Quadro A.2.2 – Indicador: Deficiências nutricionais, alterar “planos de fertilização e seu registo (dosagens, composição, época do ano) para “planos de fertilização e seu registo na área certificada (dosagens, composição, época do ano), que foi aprovado.
- Quadro A.2.3 – Indicador: Fatores bióticos e abióticos, alterar:

- “área florestal afetada por danos causados por agentes bióticos e abióticos e respetivas recomendações de controlo de fatores bióticos e abióticos que provocam danos” para “área florestal afetada por danos causados por agentes bióticos e abióticos e respetivas recomendações de controlo” e
- “produtos químicos e outras medidas de controlo aplicados na área afetada” para “produtos químicos e outras medidas de controlo aplicados na área afetada na área certificada”, ambos aprovados.
- Quadro A.3.1 – Indicador: Produção florestal lenhosa e não lenhosa e outros bens e serviços, alterar “controlo e registo de saídas de produções lenhosas e não lenhosas comercializadas por tipo de produções lenhosas e não lenhosas (expresso nas unidades físicas de mercado: m<sup>3</sup>/ha, ton/ha, @/ha, n.º de cabeças/ha, entre outras) para “controlo e registo de saídas de produções lenhosas e não lenhosas comercializadas por tipo de produção lenhosas e não lenhosas na área certificada (expresso nas unidades físicas de mercado: m<sup>3</sup>/ha, ton/ha, @/ha, n.º de cabeças/ha, entre outras)”, o que foi aprovado.
- Quadro A.4.3 – Indicador: Árvores longevas, cavernosas e madeira morta alterar:
  - “quantidade de árvores longevas e cavernosas” para “quantidade de árvores longevas e cavernosas na área certificada”, e;
  - “existência de madeira morta.” para “existência de madeira morta na área certificada” ambos aprovados.
- Quadro A.4.4 – Indicador: Regeneração e material florestal de reprodução alterar “lista de plantas e sementes certificadas e material florestal de reprodução selecionadas” para “lista de plantas e sementes certificadas e material florestal de reprodução selecionadas, na área certificada” o que foi aprovado.
- “Quadro A.5.1 – Indicador: Proteção do solo e água alterar:
  - “estado de conservação do solo” para “estado de conservação do solo, na área certificada” e;
  - “estado de conservação das linhas de água e galerias ripícolas” para “estado de conservação das linhas de água e galerias ripícolas, na área certificada”.

As propostas geraram discussão contra e a favor da alteração

Helena Martins pronunciou-se contra a alteração com base no facto da importância para a conservação das galerias ripícolas, fazer mais sentido a uma escala menor. Cláudio Heitor respondeu que do ponto de vista técnico tendo em vista a matriz da propriedade florestal, é muito difícil avaliar as galerias ripícolas.

Susana Carneiro manifestou a opinião de que a discussão não deveria ser de carácter técnico mas antes noutra perspectiva: a de que na prática, se tratava de introduzir um nível de exigência na certificação regional que não existe na individual ou de grupo, em que é aceite o princípio de monitorização efectiva da área sob gestão da entidade que detém o certificado de gestão florestal. Acrescentou ainda que na sua opinião, nas circunstâncias actuais, o critério deveria ser de harmonização de exigência entre níveis de certificação, pelo que era a favor da aprovação de todas as sugestões enviadas pela Associação para a Certificação Florestal do Minho Lima.

César Garcia referiu novamente o apoio de um guia interpretativo à implementação do sistema, o qual foi corroborado por Joaquim Alonso. Após discussão passou-se à votação com 5 votos a favor das alterações e os restantes contra, pelo que não foi aprovada a proposta de alteração.

- Quadro A.5.2 – Indicador: Rede viária e divisional, alterar “estado de conservação da rede viária e divisional” para “estado de conservação da rede viária e divisional, na área certificada”. Após votação com 2 votos a favor e os restantes contra, a proposta não foi aprovada.
- Quadro A.6.2 – Indicador: Rentabilidade económica, alterar:
  - “orçamento provisional que evidencie receitas e despesas esperadas para, pelo menos, o período de vigência do certificado” para “orçamento provisional que evidencie receitas e despesas esperadas para, pelo menos, o período de vigência do certificado na área certificada”, que foi aprovado
  - “registo de despesas e receitas, se possível, discriminado por rubricas para “registo de despesas e receitas, se possível, discriminado por rubricas na área certificada”, que foi aprovado.
- Quadro A.6.3 – Indicador: Volume e qualificação do emprego, alterar:

- “o volume do emprego deve ser monitorizado e a qualificação profissional fomentada e monitorizada” para “o volume do emprego e a qualificação profissional”, que foi aprovado
- “recurso a trabalhadores com formação florestal especializada ou com formação profissional adquirida (p. ex.: ações de formação ou treino);” para “recurso a trabalhadores com formação florestal especializada ou com formação profissional adquirida na área certificada. (p. ex.: ações de formação ou treino)” que foi aprovado;
- “registos das obrigações sociais e laborais dos trabalhadores” para “registos das obrigações sociais e laborais dos trabalhadores na área certificada”, que foi aprovado;
- “registo de monitorização das operações, da duração, do pessoal envolvido e sua qualificação” para “registo de monitorização das operações, da duração, do pessoal envolvido e sua qualificação na área certificada”, que foi aprovado;
- “registo de ações de formação profissional e/ou ações de sensibilização (treinos teórico/práticos) ou outros mecanismos de comprovação de competências” para “registo de ações de formação profissional e/ou ações de sensibilização (treinos teórico/práticos) ou outros mecanismos de comprovação de competências para o pessoal que atua na área de certificação”, que foi aprovado.
- No Quadro A.6.4 – Indicador: Segurança e saúde no trabalho
- Alterar “organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho” para “organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho para os trabalhadores que atuem na área certificada”, que foi aprovado;
- avaliação de riscos profissionais avaliação de riscos profissionais para os trabalhadores que atuem na área certificada, o que foi aprovado;
- seguro de acidentes de trabalho seguro de acidentes de trabalho para os trabalhadores que atuem na área certificada, que foi aprovado;
- registos de formação e informação registos de formação e informação para os trabalhadores que atuem na área certificada, que foi aprovado;
- fichas de aptidão dos trabalhadores fichas de aptidão dos trabalhadores para os trabalhadores que atuem na área certificada, que foi aprovado;;

- procedimentos de segurança no trabalho para trabalhadores próprios e subcontratados procedimentos de segurança no trabalho para trabalhadores próprios e subcontratados para os trabalhadores que atuem na área certificada, que foi aprovado;
- Quadro A.6.5 – Indicador: Conservação dos valores culturais e outras funções, considerou-se que só fazia sentido alterar: “adequadas medidas de salvaguarda e conservação de locais de valor cultural, histórico e espiritual” para “adequadas medidas de salvaguarda e conservação de locais de valor cultural, histórico e espiritual na área certificada.”

De salientar que estas alterações são no âmbito da informação que deve estar disponível.

(esta frase pode ser melhorada, mas a ideia é que fique registado que estas alterações não estão relacionadas com as praticas ou procedimentos de quem está certificado, pois essas devem ir para além da área certificada. Estas alterações prendem-se apenas com a informação, pois não faria sentido que, por exemplo, só se exigisse a “organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho para os trabalhadores que atuem na área certificada”, ou “seguro de acidentes de trabalho para os trabalhadores que atuem na área certificada” ou mesmo que o “recurso a trabalhadores com formação florestal especializada ou com formação profissional adquirida na área certificada”, etc.

Todos os trabalhadores devem ter seguro e deve sempre recorrer-se a trabalhadores com formação, independentemente da área ser certificada ou não, a questão é que é difícil compilar toda essa informação a nível da certificação regional.)

- Requisito B.2.8 e 3.8 alinea e )garantem o apoio ao responsável pela UGF regional ou à entidade certificadora, seja pela sua colaboração, pela disponibilização de informação e documentação relevantes, pela permissão do acesso à floresta e outras instalações, quer para qualquer tipo de auditorias, verificações ou para outros fins” para ”garantem o apoio ao responsável pela UGF



regional ou à entidade certificadora, seja pela sua colaboração, pela disponibilização de informação e documentação relevantes, pela permissão do acesso à floresta e outras instalações, quer para qualquer tipo de auditorias, verificações ou para outros fins , no âmbito de aplicação da presente norma” que foi aprovado.

After finishing the analysis of all ACF Minho- Lima reviews the chairman of the CT 145 open the discussion to the next comment, which was submitted by CFFP/PEFC Portugal, passing the word to Paula Salazar for the submission of the proposed amendment.

Paula Salazar stated that the rationale for the proposed amendment to section B.2.7 b) and 3.7 b), was submitted with the form as an attachment, referring to the final evaluation of the PEFC Technical Unit and presenting the proposed amendments. Specifically to change bullet b) “establish a procedure to ensure that in the case of a subscriber participates in other forest certification system, that eventual non-conformities which are identified under those other schemes, are addressed in the respective forest certification system” to “establish a procedure to ensure that in the case of a subscriber participates in other forest certification, that eventual non-conformities which are identified under those other certifications, are addressed in the respective forest certification”, which was approved.

Paula Salazar also state for the consistency with the approved amendment, it would made sense to proceed to requirement B.2.8 (and 3.8) Adhering “c) if participating in more than one forest certification system, the subscriber shall declare it and give a written consent to the respective(s) responsible(s) of the FMU in which is participating to access to information relating to non-conformities that may be addressed in any other forest certification system. If non-conformities exists in one of any forest certification systems, those shall be considered in the rest of the forest certification system(s) which the subscriber participates” to “if participating in more than one forest certification, the subscriber shall declare it and give a written consent

to the respective(s) responsible(s) of the FMU in which is participating to access to information relating to non-conformities that may be addressed in any other forest certification. If non-conformities exists in one of any forest certification, those shall be considered in the rest of the forest certification(s) which the subscriber participates”

#### **4. Voting on the pr NP 4406:2014 with the resulting final draft of the meeting;**

Luis Rochartre submit to the plenary the voting on the standard with the amendments resulting from the meeting, which was unanimously approved, with all votes in favor.

Luis Rochartre reminded the plenary members that for reasons related to the developments around the draft ISO standard for the chain of responsibility, the present meeting was held two days before of the official closing of the public inquiry, hence, if deemed necessary, there was a possibility to have re-meet in case of any other new comments arise. A meeting was scheduled for the 28 of May at 10.30 am, subject to the confirmation of the existence of any other comment under the public consultation of the standard.

#### **5. Discussão do acompanhamento dos trabalhos da Norma Internacional de Sistema de Gestão "Chain of Custody of Forest Based Products";**

Conceição Ferreira colocou na última reunião à discussão a proposta de participação na elaboração de uma “Norma Internacional de Sistema de Gestão "Chain of Custody of Forest Based Products"; que foi enviada em Maio de 2013 pelo ONN/IPQ ao ONS/ICNF para análise.

Tratou-se, de uma matéria que tem interesse potencial para a grande maioria dos membros desta CT145, pelo que recentemente, recebeu o ICNF o pedido de outro membros da CT 145 (a SONAE) para participar como membro, que teve a

concordância do Vice-Presidente do ICNF. Deste modo o ICNF solicitou a acreditação ao IPQ de 3 membros (o membro da CELPA inclusive).

Joana Faria questionou se posteriormente outros membros da CT145 poderiam propor a sua adesão como representante nacional. Conceição Ferreira confirmou essa possibilidade, acrescentando que no entanto Portugal manteria apenas um voto.

O documento já foi objeto de comentários no âmbito das referências à certificação, que de acordo com a opinião de Conceição Ferreira, tem que se ter em consideração a neutralidade desta norma, que não deve ter referências à certificação.

Francisco Goes reafirmou a pretensão da CELPA em participar na reunião do ISO/PC 287 de 19, 20 e 21 de Maio, em Berlim e, uma vez que esta participação está sujeita à concertação prévia com o ICNF/ONS, questionou sobre qual a posição nacional de consenso a defender..

Joana Faria informou que a ANEFA enviaria por escrito a sua posição sobre o assunto.

Conceição Ferreira comprometeu-se a enviar ainda hoje os comentários que foram enviados, por membros de outros países.

Luis Rochartre propôs que se discutisse como consertar dentro da CT 145 as posições a tomar, o que poderá passar por organizar um comité .



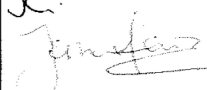

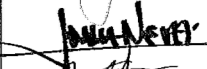





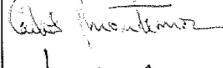



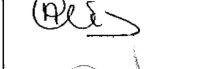
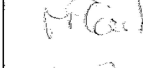

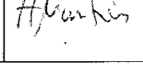

Ficou marcada uma reunião para 28 de maio 10h e 30mm , condicionada a existirem mais participações na consulta pública da Norma a que se tenha de dar resposta.

Anexos:

Folha de Presenças da Reunião Plenária,



**CT 145 - GESTÃO FLORESTAL SUSTENTÁVEL**  
**REUNIÃO 14 de maio 2014**  
**LISTA DE PRESENCAS**

NOME	ENTIDADE	ASSINATURA
PAULA SALGADO	REFP / DEFE PT	
Rute Paucos	CERTIS	Rute Paucos
Susana Carneiro	Centro PINVS	
Jorge Faria	ANETA	
CEGAR GARCIA	Miguel V. and of Adm. N. Verde d. com	
<b>JORGE NEVES</b>	<b>ANAFRE</b>	
Antonio Claudio Heitor	CONFAGRI	
João Alberto	ESA. IPK	
Paulo (GAS)	LELIA	
Paula Guimarães	GRUPPO RICHIA S.p.A.	
David Sampaio	INTA SUMM	
CARLOS MONTÉMOR	ACT	
Paulo MOREIRA	U. Mis. Portuguesa	
KEICAN ESTRELA	ICNF/CAS	
JOIS RICHARME ALVARES	-	
Dina Ant6nio	ICNF/6	
Helena Cera	ICNF	
Paulina Coutinho	DOADR	
Vin6cio	I. S. T	
HELENA MARTINS	TERRA PRATA	

**CT 145 - GESTÃO FLORESTAL SUSTENTÁVEL**  
**REUNIÃO 14 de maio 2014**  
**LISTA DE PRESENCAS**

NOME	ENTIDADE	ASSINATURA
Uera Morais dos Santos	APAS FLORESTA	Uera Morais
Jaqueline Buzellari	DGPC	Jaqueline Buzellari
CLAUDIA VILLOTTI	Netacotex	Claudia Vilotti
Irês Costa Luz	Senac Indústria	Irês Costa Luz
Myel Vasconcellos Gusado	CA8	Myel Vasconcellos Gusado
Orlanda Vaz Monteiro Pórea	ESAE/IPP	Orlanda Pórea
Alexandre Azeite	INIAV	Alexandre Azeite

